

Panorama

Nos últimos anos o cenário econômico internacional tem se mostrado incerto, com baixo crescimento econômico, lenta retomada do fluxo de comércio exterior, ajuste dos modelos de desenvolvimento dos países centrais e das economias emergentes, entre outros. Com a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas, aumentaram-se as expectativas com relação à adoção de política protecionista por parte da maior potência econômica mundial.

Mercado de Trabalho

Há mais de 30 meses a região do Grande ABC vem apresentando perdas de postos formais de trabalho. Neste ano, a redução deverá ser de aproximadamente 30 mil empregos com carteira assinada. O mercado de trabalho registra mais de 200 mil pessoas desempregadas na região neste final de 2016, 15,5% a mais que em dezembro de 2013.

Destaques desta Edição

| | |
|---------------------------------|-------------|
| <i>Panorama Econômico:</i> | <i>p.2</i> |
| <i>Movimentação Financeira:</i> | <i>p.4</i> |
| <i>Inflação:</i> | <i>p.5</i> |
| <i>Mercado de Trabalho:</i> | <i>p.8</i> |
| <i>Comércio Exterior</i> | <i>p.9</i> |
| <i>Coluna Opinião:</i> | <i>p.12</i> |

O Grande ABC, assim como a economia nacional, passa por uma das mais intensas retrações econômicas de sua história.

O caminho para a retomada da atividade regional passa não só pela retomada da confiança e do cenário macroeconômico, mas também pela construção de uma política de desenvolvimento integrada, que envolva também os governos estadual e federal.

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

Panorama Econômico

O cenário econômico internacional tem sido de incertezas nos últimos anos, com interrogações quanto à trajetória de seu crescimento que continua lento. As possíveis medidas conservadoras que podem ser tomadas pelo próximo governo dos EUA possivelmente impactarão a China e as economias emergentes.

Dados da China mostraram um fraco desempenho na balança comercial em outubro deste ano. As exportações tiveram queda de 7,3% e as importações de 1,4%, corroborando com fraco desempenho do comércio mundial. Todavia os dados se mostram melhores quando comparados com o mês de outubro do ano passado. No acumulado do ano, a Balança Comercial registra um superávit de US\$ 462 bilhões.

A zona do EURO também apresenta alguns índices com desempenho negativo, com o crescimento de apenas 0,3% no PIB e o aumento da inflação em 0,5 pontos percentuais em comparação anual.

Diferentemente, nos EUA alguns índices mostram-se positivos. A taxa de desemprego caiu nos últimos meses de 5,0% para 4,9% da PEA com o incremento de 161 mil novos postos de trabalho, ainda assim abaixo da expectativa do mercado. O índice de inflação de setembro foi de 0,24%, acumulando 1,46% de variação no ano.

Entretanto, a grande expectativa do mercado internacional está em torno na taxa de juros americana. Desde a crise do *subprime* em 2008, a

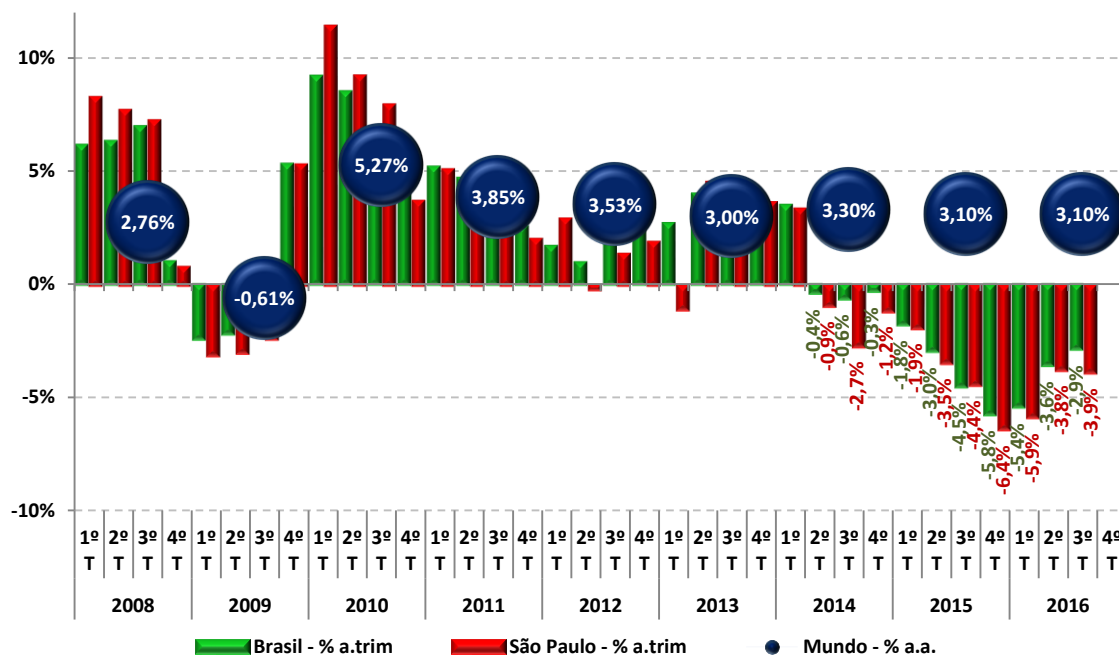
taxa de juros real foi reduzida a quase zero, para reativar a economia, tendo utilizado o *quantitative easing* (afrouxamento quantitativo) para aumentar a liquidez do mercado. Em dezembro de 2015, o Federal Reserve anunciou o aumento da taxa básica de juros de 0,25% para 0,5%. Desde o começo de 2016 o mercado internacional aguarda um novo aumento dos juros americanos. O principal receio é que a elevação dos juros prejudique as economias emergentes com alta volatilidade e a fuga de capitais.

Nas últimas semanas, em função da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, houve uma ampliação da incerteza em torno da política econômica norte-americana. Entre as propostas do presidente eleito está o estabelecimento de uma postura protecionista, o fortalecimento da indústria interna, a taxação sobre importações chinesas e a valorização cambial. A principal justificativa para a adoção dessas medidas é a perda da competitividade da produção americana nos últimos anos.

O PIB brasileiro sofreu retração de 3,8% em 2015 e a expectativa do mercado financeiro, segundo o relatório FOCUS de novembro, é de que o PIB sofra uma queda de 3,5% em 2016. Com isso, o desemprego continuou sua trajetória de aumento nos últimos trimestres. Atualmente está no patamar de 11,8% da PEA (ago-set-out), segundo dados do IBGE/PNAD. A tendência é de que esse número só venha a diminuir gradativamente quando houver a retomada da atividade econômica, que no médio e longo prazo está atrelada às reformas em discussão no Congresso e à atração de investimentos.

Crescimento Trimestral do PIB (%)

(comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

A economia nacional se mostra com grande ociosidade da capacidade produtiva da indústria, refletindo o fraco desempenho da economia.

Com o processo de desaceleração da inflação, a expectativa do Banco Central é que em 2017 a inflação fique próxima de 4,93%. Segundo dados do IBGE, a inflação acumulada nos últimos 12 meses está em 7,87% e o acumulado do ano está em 5,78%, após fechar 2015 com uma variação de 10,67%. A queda no índice de preços abriu espaço para o Copom baixar a taxa de juros pela primeira vez em quatro anos, de 14,25% para 13,75%. Entretanto, a perspectiva do início de uma trajetória sustentável de cortes na taxa de juros pode ser dificultada pela crise fiscal do setor público brasileiro.

Os resultados fiscais apresentaram déficit primário de R\$ 26,6 bilhões em setembro, acumulando no ano um déficit de R\$85,5 bilhões. Com o aumento da necessidade de financiamento, que pressiona a taxa de juros para cima, a dívida pública aumentou substancialmente desde o déficit primário de 2014. Em setembro, o estoque da dívida pública bruta foi R\$4.329,7 bilhões (70,7% do PIB), e a dívida líquida foi de R\$2.699,9 bilhões (44,1% do PIB).

Nas contas externas tivemos um superávit de US\$38,52 bilhões na balança comercial, o melhor resultado de janeiro a outubro desde 1989. Nas transações correntes tivemos déficit de US\$ 465 milhões, acumulando um resultado negativo de US\$ 23,3 bilhões no ano 2016.

Movimentação Financeira

Depois do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em abril de 2013, o Conselho de Política Monetária (COPOM) reduziu a taxa de juros de 14,25% para 14% a.a. em outubro. Especialmente a partir de 2015, a política monetária intensificou sua postura contracionista com a elevação da inflação, tendo como objetivo trazê-la para próximo do limite da meta para a inflação.

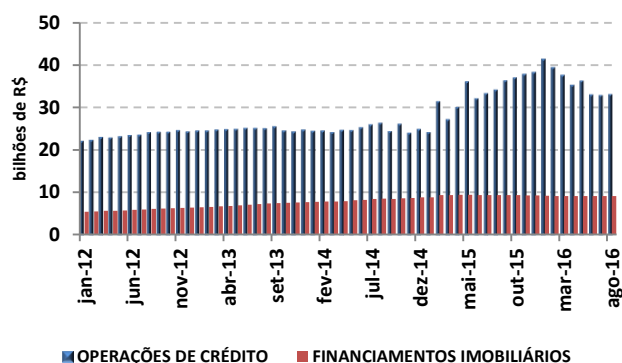
O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que eventual aceleração de cortes na taxa de juros dependerá da trajetória da inflação em direção ao cumprimento da meta e da velocidade de implementação do ajuste fiscal. A vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA tem acrescentado incertezas ao cenário econômico, tornando o Banco Central mais cauteloso diante das expectativas sobre a política monetária e cambial norte-americana.

Com a política monetária contracionista, nos últimos 12 meses encerrados em outubro, o total de operações de crédito recuou 1,7% no Brasil, impactando tanto na carteira de pessoas jurídicas quanto de pessoas físicas. Com a contração de recursos livres e direcionados disponíveis para crédito, os *spreads* bancários mantiveram trajetória de aumento, elevando a taxa de juros média para as pessoas física e jurídica, que em outubro registraram, respectivamente, 73,6% a.a. e 30,4% a.a.

No Grande ABC, nos últimos 12 meses encerrados em agosto, o volume de operações de crédito diminuiu 2,96%, somando pouco mais de R\$ 33,2 bilhões. Após uma trajetória de mais de 5 anos de aumento, os financiamentos imobiliários na região

vêm diminuindo desde novembro de 2015, afetando negativamente o setor.

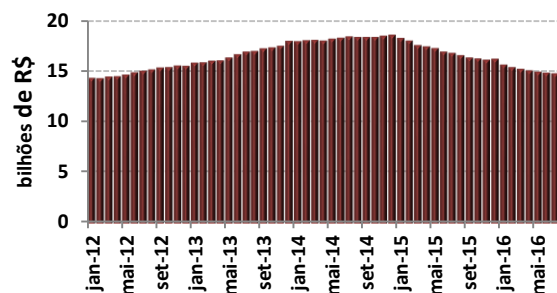
Operações de crédito no Grande ABC
(milhões de R\$ de set/2016 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Com a retração do volume de crédito, somados ao aumento do desemprego e redução da massa salarial na região, o total dos depósitos de poupança diminuiu 20,4% entre dezembro de 2014 e agosto de 2016.

Depósitos em poupança no Grande ABC
(milhões de R\$ de set/2016 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

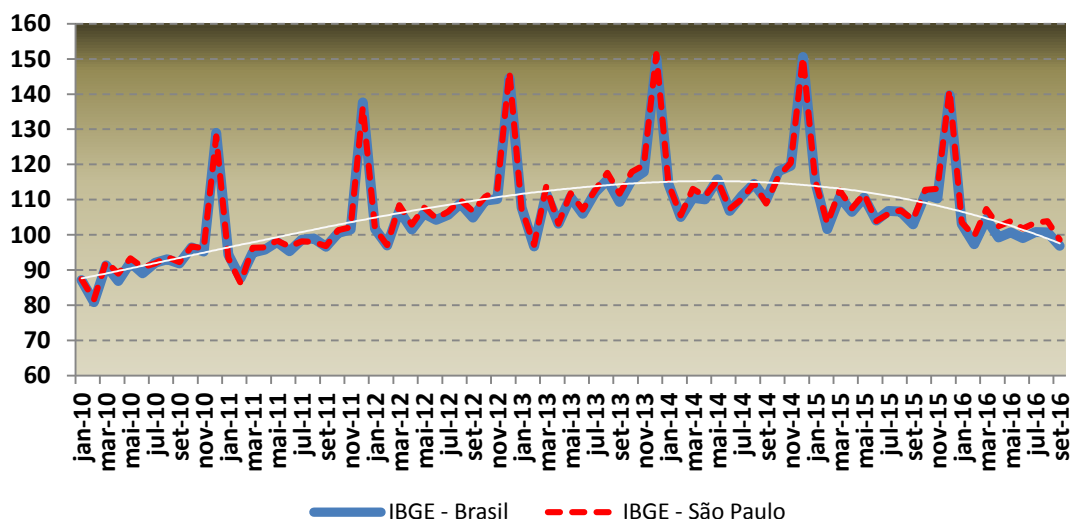
Em decorrência do cenário de retração econômica, pelo segundo ano consecutivo o desempenho acumulado da atividade comercial

registrou redução no acumulado entre janeiro e setembro. Neste ano, a atividade comercial diminuiu 6,5% no período, um pouco acima da queda de 3,3% observada em 2015 no mesmo período.

No acumulado em 12 meses, a atividade comercial vem diminuindo desde fevereiro de 2015, em ritmo cada vez mais acelerado, sinalizando a dimensão do impacto sofrido pelo setor de comércio.

Este comportamento também é observado em São Paulo, onde no acumulado do ano a retração da atividade comercial foi de 4,98%. O efeito da retração da atividade comercial para o crescimento econômico se dá pela redução da demanda junto ao setor produtivo. A produção física industrial diminuiu 7,8% no Brasil no acumulado até outubro deste ano.

Atividade comercial
(média de 2011 = 100)



Fonte: IBGE

Segundo avaliação do SERASA EXPERIAN entre os segmentos nos quais houve maior queda na atividade comercial, acima de 12% nos últimos 12 meses, estão veículos, motos e autopeças e móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática, tendo em vista o efeito da redução da renda e do crédito sobre a demanda por estes bens.

O segmento de calçados, vestuários e acessórios, embora com valor agregado menor, também apresentou significativa redução, refletindo

a decisão do consumidor de abrir mão dos bens menos prioritários no atual contexto.

Essa retração da atividade comercial tem afetado negativamente as principais datas comemorativas, que tem desempenho mais modesto que no ano anterior.

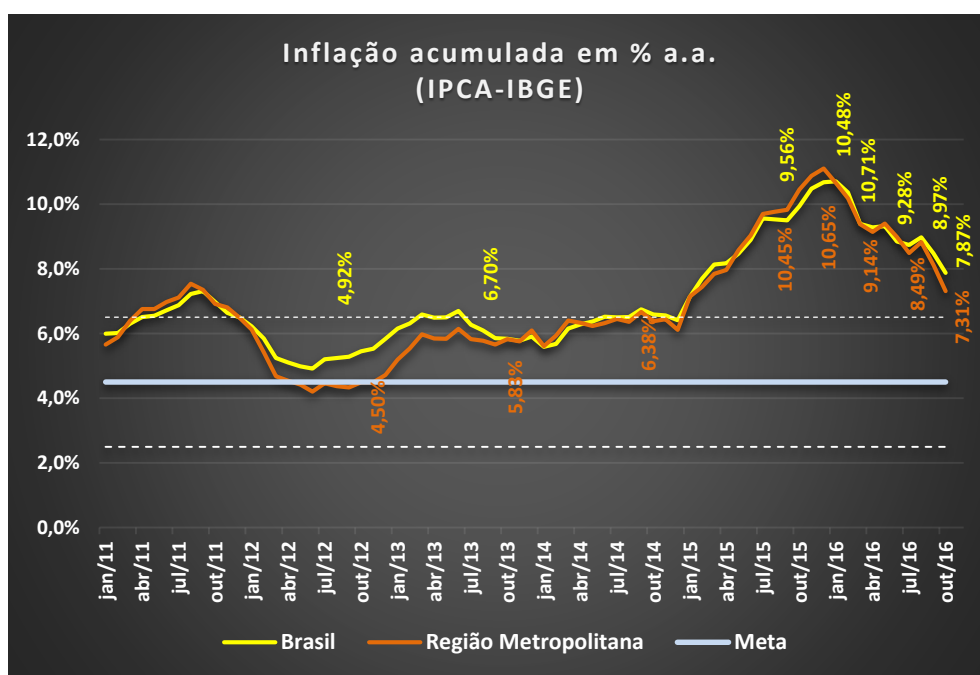
Inflação

O ano de 2016 vem registrando redução do índice de inflação acumulado em 12 meses. Após fechar o ano de 2015 em 10,67%, a inflação dos

últimos 12 meses encerrados em outubro foi de 7,87%. Essa desaceleração do processo inflacionário revela até o presente momento a eficácia da política monetária contracionista empregada pela equipe econômica. A expectativa é que a inflação feche o ano em torno de 6,72%, segundo o relatório FOCUS de novembro, mais próximo da banda superior da meta de inflação, que é de 6,5% (4,5% + 2%).

Atualmente, uma das principais críticas enfrentada pela política de combate à inflação tem sido seu efeito sobre a atividade econômica. Isso porque ao combater a inflação com uma política monetária restritiva, a demanda agregada da economia sofre uma pressão reducionista, ainda que apresente algum grau de eficácia na redução da

inflação. Com menor demanda, o setor produtivo vê seu mercado consumidor encolher, levando à queda da produção e suas consequências. Ao mesmo tempo, o combate à inflação pela contenção da demanda não soluciona as questões estruturais que também contribuem com a inflação no Brasil, como a baixa expansão da capacidade de oferta, baixa produtividade, entre outros.



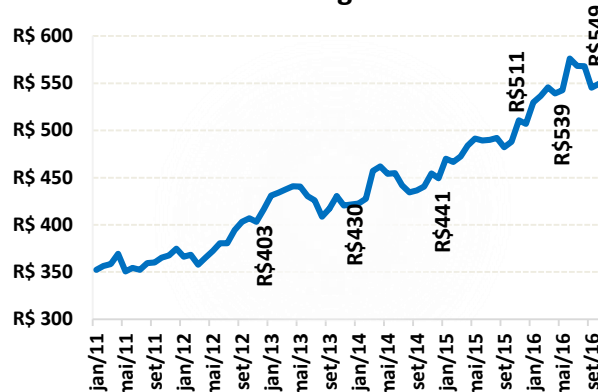
Fonte: IBGE

A inflação acumulada do ano está em 5,78% no país, faltando ainda dois meses para seu término. Mesmo com a redução de 0,25 pontos percentuais na meta para a taxa básica de juros, SELIC, no mês de outubro, a política monetária continua tendo um perfil contracionista. A trajetória da taxa de juros, especialmente com relação a uma possível nova redução, dependerá da continuidade da tendência de queda da inflação, da adoção de ações para reequilibrar as contas públicas e diminuir a necessidade de financiamento do setor público e também das alterações na política econômica internacional, que neste momento está sob a expectativa da política econômica que será adotada pelo governo Donald Trump.

Em 2015 a inflação acumulada foi de 10,67%, influenciada pelo realinhamento dos preços administrados. Ao que tudo indica a inflação deve convergir para cerca de 6,5%, a partir do qual ela deve assumir maior resiliência, desacelerando a tendência de queda dos últimos meses.

Segundo o IPCA, a inflação acumulada dos últimos 12 meses na Região Metropolitana de São Paulo foi de 7,31%. Assim como no âmbito nacional, os segmentos que apresentaram maior variação de preços no primeiro semestre deste ano foram despesas com saúde e cuidados pessoais (10,54%) e alimentação (8,06%). Grupos estes que afetaram sobremaneira o orçamento das famílias, em especial os de menor renda.

Cesta Básica - Região do ABC



Fonte: CRAISA

No último mês de outubro o preço da cesta básica na região do ABC, mensurada pela Companhia de Abastecimento de Santo André (CRAISA), apresentou uma pequena elevação, após retração nos meses de julho, agosto e setembro. Entretanto, nos 12 meses encerrados no último mês de outubro, a cesta básica na região do Grande ABC aumentou de R\$ 510,7 para R\$ 549,3, uma variação de 12,5%.

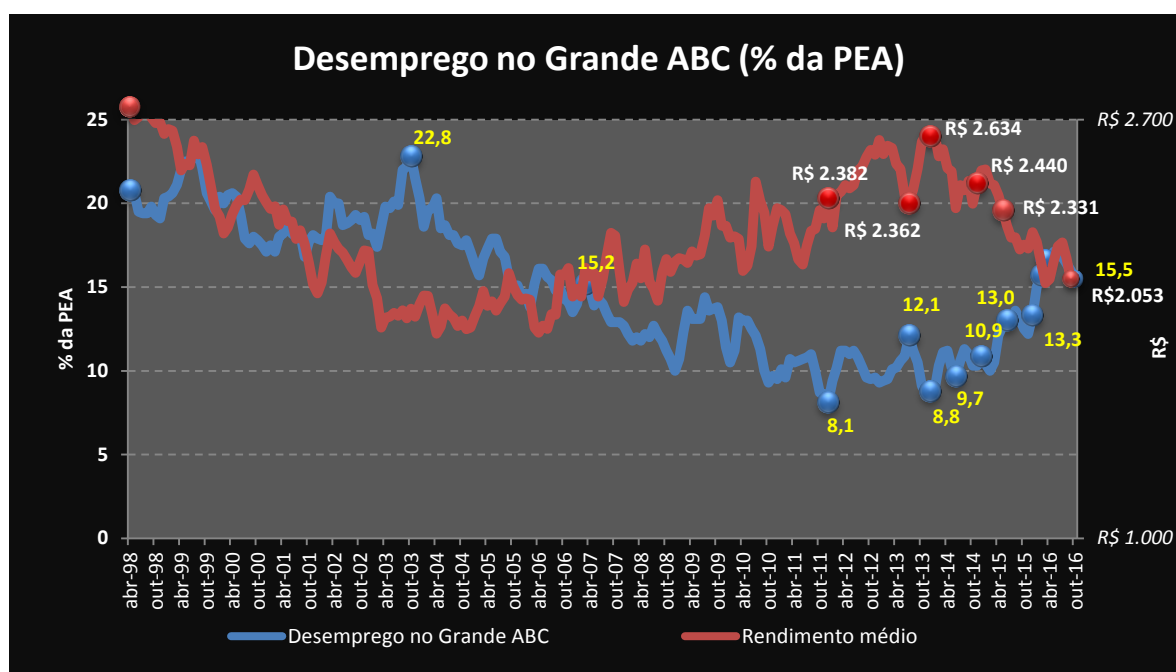
A combinação entre a manutenção de uma taxa de inflação significativa, redução dos postos de trabalho e aumento da taxa de desemprego junto ao baixo crescimento econômico é corrosiva à qualidade de vida dos indivíduos.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego se mantém elevada no Grande ABC, em torno de 15,5% da PEA, comparável ao desemprego presente na região entre os anos de 2005 e 2007.

Com o aumento da taxa de desemprego, que subiu mais de 7 pontos percentuais desde dezembro

de 2013, o salário médio registrado pela pesquisa realizada pelo SEADE tem diminuído. Nos últimos 34 meses o salário real, deflacionado pelo ICV/SEADE, reduziu cerca de 18 %. Fato explicado pelo aumento da competição no mercado de trabalho, dado o aumento de pessoas desocupadas em função do desemprego, concomitantemente à menor demanda por trabalho por parte do setor produtivo.



Fonte: SEADE

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), entre outubro de 2015 e 2016 o total de ocupados diminuiu 16,9% na indústria metal mecânica.

Tendo em vista a retração do mercado de trabalho regional, nos últimos 12 meses a massa de rendimento dos ocupados diminuiu 8,5%. Esta redução do volume de renda em circulação,

juntamente com a retração do crédito, nos ajuda a compreender a redução no nível de atividade comercial local.

Segundo dados das pesquisas de intenção de compras realizadas na região neste ano, os consumidores têm apresentado redução na disposição a gastar. O que não será diferente neste Natal.

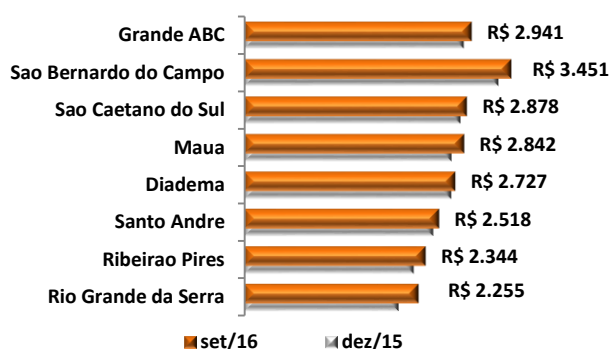
Com relação ao mercado formal de trabalho, de acordo com os dados do CAGED/MTE, desde o ano de 2013 o Grande ABC tem apresentado perdas de postos formais de trabalho e não será diferente no ano de 2016.

Desde janeiro de 2013 a indústria de transformação perdeu mais de 50 mil postos formais de trabalho na região, seguido do setor de serviços que perdeu pouco mais de 15 mil.

Neste ano, até o mês de outubro, a indústria de transformação perdeu 12.270 postos de trabalho com carteira assinada, seguido dos setores de serviços (-5.136), comércio (-4.228) e construção civil (-2.390). Neste mesmo período os municípios que registraram as maiores perdas de postos de trabalho formais foram São Bernardo do Campo (-12.857), Santo André (-5.226), Diadema (-4.408) e São Caetano do Sul (-1.409).

Mesmo com perdas, tendo em vista a estrutura produtiva, São Bernardo do Campo registra a maior renda média frente aos demais municípios.

**Renda do Emprego Formal por Município
Grande ABC - out de 2016**

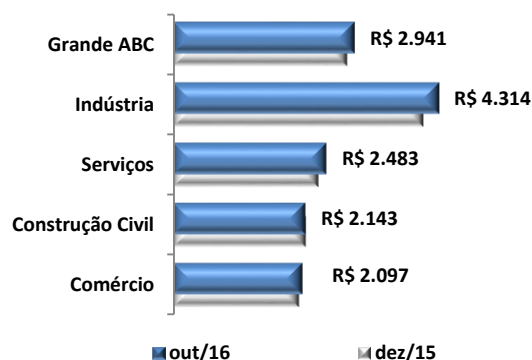


Fonte: MTE

Os municípios que apresentam maior renda média são os que apresentam participação mais intensa do tecido industrial.

Este pode ser observado ao avaliarmos a diferença da renda média por setores produtivos na região no gráfico abaixo.

**Renda do Emprego Formal por Setor
Grande ABC - out de 2016**



Fonte: MTE

O ano de 2016 deverá registrar uma perda de aproximadamente 30.000 postos formais de trabalho. A taxa de desemprego deverá fechar o ano em torno de 16% da PEA.

Uma das faces mais cruéis da retração econômica pela qual passa a economia brasileira, e também a economia regional, é a redução do nível de ocupação da economia. A melhora deste cenário não deverá ocorrer no curto prazo, tendo em vista ser necessária a melhora do ambiente econômico brasileiro e a retomada da atividade produtiva.

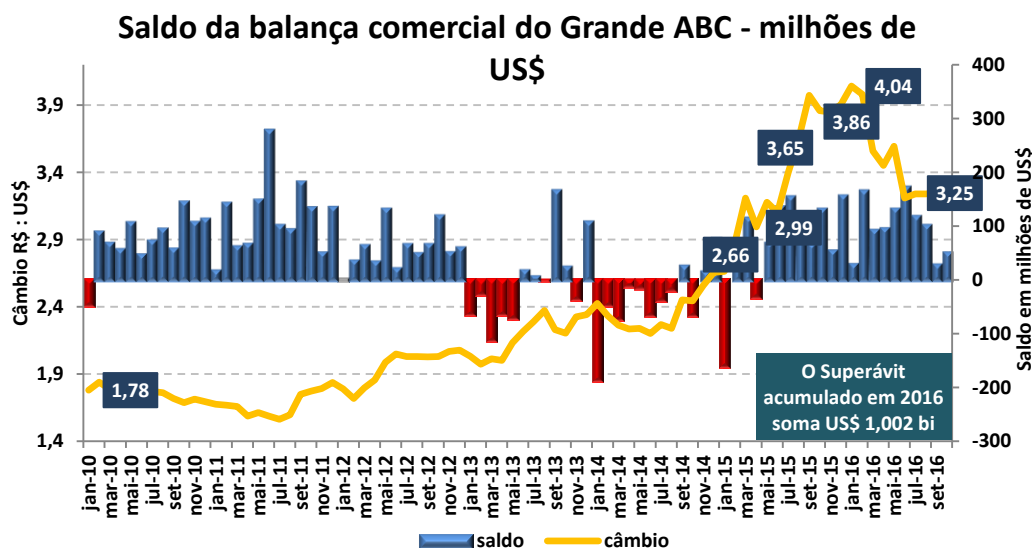
Comércio Exterior

A região do Grande ABC apresentou superávit de US\$ 1 bilhão em sua balança comercial no período de janeiro a outubro. Valor 65,13% maior

que aquele registrado no mesmo período do ano anterior e 22% maior que o superávit de todo o ano de 2015. Entretanto, este resultado se deu em meio à diminuição da corrente de comércio exterior, com queda de 12% das exportações e 25% das importações. O último trimestre (ago/set/out) de 2016 apresentou superávit de US\$ 253,46 milhões, resultado que representa queda de 36% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, que advém da

queda mais acentuada das exportações, de 10,62%, e da redução de 2,38% nas importações.

Este resultado tem sido influenciado, de um lado, pela flutuação do câmbio, que entre set./2015 e de 2016 variou de R\$3,86 para R\$ 3,25, com oscilações de desvalorização e forte valorização do Real. Não podemos deixar de observar que a queda da atividade produtiva na região, especialmente no setor industrial, tem retraído a demanda por bens e insumos importados.



Por conta da redução da demanda no mercado interno, as importações se mantêm abaixo de níveis de 2014 e 2013, muito embora o mês de setembro tivesse o maior volume de importações desde o mesmo mês de 2015. Do outro lado, em outubro, o volume de exportações foi o menor após janeiro deste ano.

Devemos considerar o baixo crescimento médio mundial e a forte desaceleração que a indústria da região tem demonstrado no decorrer do ano, tendo em vista, as expectativas e incertezas em relação aos desdobramentos econômicos e políticos no Brasil e no mundo, que influenciam o fluxo de investimentos.

Composição do Comércio Exterior do Grande ABC

| Ano/Mês | TOTAL | Básicos | Semimanufaturados | Industrializados Manufaturados | Total Industrializados | Operações Especiais |
|---------|--------------|--------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------------|------------------------|
| 2012 | 728.613.346 | -117.998.840 | -88.198.176 | 934.810.122 | 846.611.946 | 240 |
| 2013 | 135.395.672 | -252.069.292 | -123.613.269 | 511.017.623 | 387.404.354 | 60.610 |
| 2014 | -402.952.322 | -146.199.793 | -177.825.793 | -78.926.736 | -256.752.529 | 0 |
| 2015 | 159.170.127 | -52.125.705 | -125.462.604 | 336.723.730 | 211.261.126 | 34.706 |
| 2016* | 999.216.746 | -66.828.630 | -105.016.965 | 1.170.954.989 | 1.065.938.024 | 107.352 |

Fonte: MDIC

Analisando a composição do comércio exterior na região do Grande ABC (ilustrado na tabela seguinte), constatamos que, nos últimos cinco anos, os produtos industrializados, manufaturados, são os responsáveis pelos superávits na balança comercial da região. E que dependemos das importações de produtos semimanufaturados e básicos, que analisados isoladamente representam déficits.

Portanto, as exportações de produtos manufaturados são o preço que a região paga para obter produtos básicos e semimanufaturados que têm representatividade menor na composição da balança comercial regional.




CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GRADUAÇÃO PRESENCIAL | 1º Semestre 2017

Ciências Econômicas

O curso busca formar profissionais comprometidos com o estudo da realidade brasileira e conscientes da importância das inter-relações que ligam os fenômenos econômicos ao todo social e, em especial, do seu papel como agente destas relações. Dessa forma, os alunos recebem uma sólida formação teórica quantitativa, histórica e instrumental. Conheça os diferenciais do curso:

- Observatório Econômico: pesquisa, análise e divulga informações econômicas sobre a região do ABC, sendo também espaço de estágio aos alunos;
- Encontro dos Estudantes dos Cursos de Ciências Econômicas do Grande ABC: espaço para debate;
- Sphinx e SPSS - softwares estatísticos disponibilizados aos alunos e professores no ambiente do Observatório Econômico;
- Aulas de econometria em laboratório, com apoio do software Gretl.

Saiba mais e faça sua inscrição.

Dúvidas e mais informações
Grande São Paulo: (11) 4366-5000 | Demais localidades: 0800 889 2222
E-mail: vestibular@metodista.br

Universidade Metodista de São Paulo



Opinião

Os gastos públicos, o crescimento econômico e teto de gastos

Prof. Dr. Moisés Pais dos Santos*

Com a modernização da sociedade e o crescimento econômico, as demandas por serviços e bens públicos foram ampliadas cada vez, refletindo diretamente no orçamento público. Essas demandas são materializadas nas principais funções do governo: alocativa (oferta de bens públicos), estabilizadora (manutenção do emprego e da estabilidade da moeda), distributiva (redução da desigualdade de renda causada pelas falhas de mercado) e reguladora (preocupação com a concorrência, oferta de produtos de qualidades, preços adequados). Para desempenhar as suas diversas funções, o governo precisa incorrer em gastos públicos que por sua vez, são financiados principalmente por meio da tributação e do endividamento. A emissão de moeda foi uma alternativa durante muitos anos, inclusive no Brasil, porém, a hiperinflação causada por essa forma de financiamento do gasto público fez com que ela fosse deixada de lado.

A grande questão atual, no caso brasileiro, está no lado do gasto público, mais especificamente, uma preocupação com o seu ritmo de crescimento, numa proporção maior que o da riqueza do país. Além disso, as receitas tendem a cair em épocas de

contração econômica. Do lado do financiamento do gasto, sabe-se que a carga tributária brasileira é elevadíssima (cerca de 1/3 do PIB) deixando pouca margem para a sua expansão e, também, os mesmos juros que remuneram os títulos públicos (taxa SELIC) estimulando a sociedade a “emprestar” dinheiro para o governo, desestimula o setor produtivo por causa do custo de tomar o dinheiro emprestado.

Em alguns estudos clássicos comumente discutidos na literatura de finanças públicas, o crescimento econômico causa o gasto público. De acordo com o economista Adolph Wagner, quando um determinado país experimenta o crescimento econômico, o gasto público cresce a taxas mais elevadas aumentando a participação relativa do governo na economia. Em suas explicações são destacados os fatores demográficos, entre eles, o envelhecimento da população que eleva os gastos com saúde e despesas previdenciárias e, também, o processo de urbanização que eleva a demanda por gasto público da sociedade em áreas como saúde, educação e infraestrutura, por exemplo.

Nessa mesma linha de causalidade, Musgrave, Rostow e Herber relacionaram o crescimento das despesas públicas com os estágios de crescimento do país. Nos estágios iniciais haveria maior demanda por gastos públicos principalmente com infraestrutura e serviços públicos. Nos estágios intermediários haveria uma demanda para que o setor público desempenhasse um papel de complementação dos investimentos privados. Por fim, em estágios de maior desenvolvimento, os gastos públicos voltam a crescer novamente em

relação aos investimentos privados devido aos investimentos realizados anteriormente com saúde, educação, previdência, etc. Nessa última fase, as despesas correntes (de custeio) ganham força, pois, o governo precisa manter o equipamento público em funcionamento realizando gastos com pessoal, prestação de serviços, fornecimento de energia, água, telefone, internet etc.

Alguns estudos têm mostrado que os gastos públicos podem ser benéficos ao crescimento econômico quando eles são capazes de gerar externalidades positivas como, por exemplo, a construção de escolas, universidades, hospitais, unidades básicas de saúde, praças com equipamentos de academias ao ar livre bem como investimentos em infraestrutura que refletem em melhoria da qualidade de vida. No entanto, no caso brasileiro, atualmente, o gasto público está sendo visto pelo governo e por um segmento da sociedade como um grande vilão da economia. A queda na arrecadação sem a redução dos gastos e a inviabilidade de aumentar os impostos devido ao tamanho da atual carga tributária brasileira induziu o governo federal a propor uma emenda à Constituição capaz reverter a condução da política fiscal mediante o estabelecimento de um teto da despesa pública para um período de duas décadas, permitindo o aumento das despesas apenas para recuperar as perdas com a inflação do ano imediatamente anterior.

Diferentemente das correntes tradicionais no campo das finanças públicas (clássica e keynesiana), uma nova abordagem teórica denominada “constitucionalismo financeiro” está se destacando devido à preocupação com o estabelecimento de

limites de gastos. Segundo essa corrente, não haveria problemas quanto ao tamanho do Estado no processo econômico, mas sim com o tamanho da dívida pública e o consequente peso dos juros e da atualização monetária sobre a despesa pública. Resumidamente, essa corrente defende a imposição constitucional de regras rígidas sobre a geração de dívida, de forma a reduzir o poder discricionário do Executivo de elevar ano a ano as despesas públicas com gastos financeiros. No Brasil, desde o ano 2000, o principal instrumento de condução dos gastos públicos com regras relacionadas à composição da dívida é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.

Países como a Holanda, Suíça, Finlândia já adotaram o teto de gastos (*expenditure ceilings*) como estratégia para preservar a sustentabilidade fiscal num contexto macroeconômico de estabelecimento de regras. Segundo estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), esses países tiveram resultados positivos, no entanto, antes da introdução do regime, essas economias vivenciaram severas dificuldades fiscais e o teto de gastos foi utilizado para manter a estabilidade fiscal ao invés de criá-la.

Essa ressalva do FMI faz lembrar a questão da sustentabilidade desse regime diante das despesas com a previdência social que representam uma parcela importante dos gastos públicos e tendem a crescer ano a ano cada vez mais diante do envelhecimento da população brasileira e consequente redução dos contribuintes. Esse mesmo estudo já alertava para a pouca chance de sobrevivência de regras fiscais que são consideradas

muito restritivas em relação à agenda política: “*Rules that are perceived as too restrictive in relation to the government’s policy agenda, or that give rise to effects that are politically unacceptable, have little chance of surviving. Striking the right balance between what is desirable and what is practical is one of the fundamental challenges in designing an effective fiscal rule*”.

Ainda nessa linha de preocupação com a sustentabilidade do teto de gastos, deve-se ressaltar que há necessidade de rigorosa qualificação desses. Os diversos tipos de gastos públicos não devem ser tratados da mesma maneira, desprezando a categoria econômica. Assim, cada tipo de gasto, seja o de custeio ou o de investimento, deve provocar um impacto diferente no crescimento econômico. Os gastos correntes (custeio) são importantes para manter a máquina pública funcionando enquanto os gastos com investimentos têm a característica principal de aumentar a disponibilidade de serviços à disposição da sociedade. Sendo assim, uma regra sobre estabelecimento de tetos que desconsidera essa classificação pode implicar em deterioração na qualidade de vida e mais retração econômica ainda.

Outra possibilidade é o detalhamento dos gastos em produtivos e improdutivos conforme estudos realizados por Chu, Guptas e Clements (1996), Barro (2000) e Cândido Júnior (2000). Nesses estudos, gastos produtivos “são aqueles utilizados de forma que atendam os objetivos a que se propõem, com o menor custo possível”. Numa conceituação microeconômica, “os gastos produtivos são aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais

aos custos marginais para obtê-los”. Havendo desperdício de dinheiro público, surge o conceito de gasto improdutivo, cujas origens, segundo esses mesmos estudos, remontam a incapacidade técnica, as incertezas, as deficiências do processo orçamentário (técnico-operacional e político), corrupção, paralisação de obras, entre outras.

Conclui-se que o estabelecimento de um teto para as despesas deve considerar os tipos de gastos (custeio ou investimento? produtivo ou improdutivo?) e a sustentabilidade desse regime fiscal (é para inglês ver ou se preocupa com as gerações futuras?). No curto prazo, uma política macroeconômica conduzida por regras pode restabelecer a confiança dos agentes econômicos e estimular a atividade econômica. Porém, ao considerar a racionalidade dessas agentes, no médio e longo prazo, as regras por si só podem não surtir os efeitos esperados de recuperação econômica, aí então, a necessidade de um regime fiscal capaz de criar estabilidade econômica ao invés de apenas mantê-la. Infelizmente, para os problemas complexos as soluções não podem ser simples.

Referências Bibliográficas

LJUNGMAN, G. **Expenditure ceilings - a survey**. International Monetary Fund, 2008.

CHU, K.; GUPTA, S.; CLEMENTS, B. **Unproductive public expenditures – A pragmatic approach to policy analysis**. IMF: Pamphlet Series, n. 48, Washington, 1996.

BARRO, R. A. Government spending in a simple model of endogenous growth. **Journal of Political Economy**, v. 98, p. 103-125, Oct. 1990.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília-DF, v. 23, p. 233-260, 2001.

Moisés Pais dos Santos é professor no curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista, mestre em Economia Política pela PUC-SP e doutor em Teoria Econômica na UEM-PR.

As opiniões expressas nesse artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não expressando necessariamente a posição do Observatório Econômico e nem da Universidade Metodista de São Paulo. Quaisquer erros ou omissões nesse texto são de exclusiva responsabilidade do autor.

Universidade Metodista de São Paulo

Escola de Gestão e Direito

Curso de Ciências Econômicas

Observatório Econômico

Reitor

Dr. Fabio Botelho Josgrilberg

Diretor da Escola de Gestão e Direito

Dr. Fúlvio Cristofoli

Coord. do Curso de Ciências Econômicas

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos

Me. Sandro Renato Maskio

Professor Pesquisador

Dr. Moisés Pais dos Santos

Estagiário

Anderson Thiago dos Santos

Colaboradores

Grupo Sigma (Anderson Thiago, Ângelo César,
Thiago Farias)



A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.

Patrocine esta iniciativa!

E-mail: observatorio.economico@metodista.br

Tel: 4366-5035

[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)